FUNDAÇÃO CONDESSA DE PENHA LONGA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2017

1 - Introdução

A , com sede social em Largo do Mártir, S. Sebastião, nº67, com um capital social de 74 165,12 €, tem como atividade principal Educação pré-escolar. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.
O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da FUNDAÇÃO CONDESSA DE PENHA LONGA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspetivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China.

No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transato, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação atual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na península Coreana. Numa ótica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários setores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

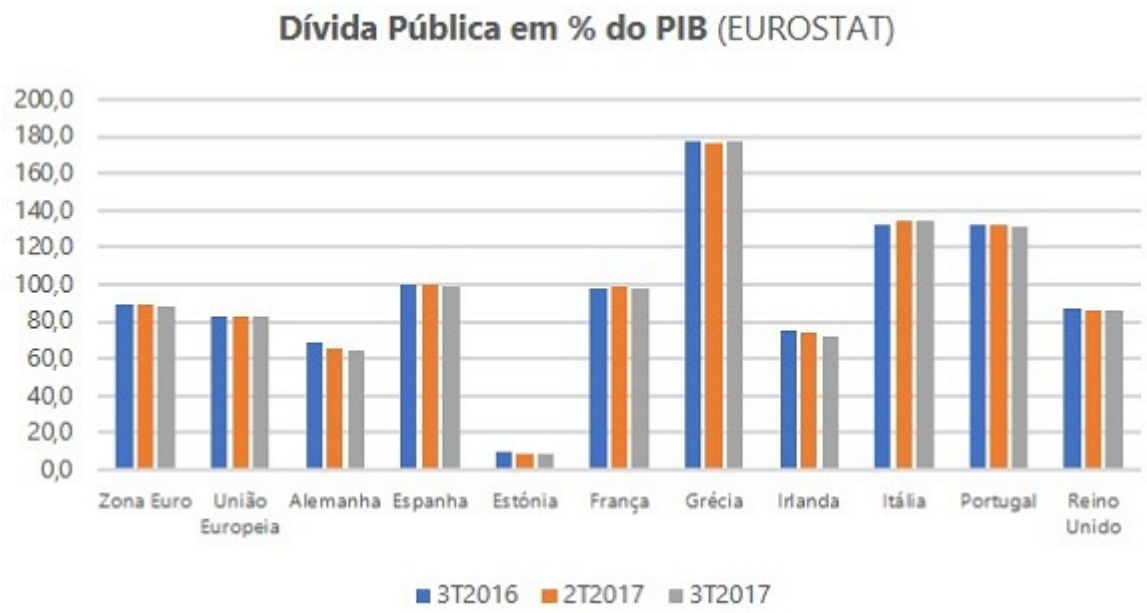
Segundo o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento cíclico em curso desde 2016 continuou a fortalecer-se, com o PIB mundial a subir para os 3,7% em 2017, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016, tendo sido mais pronunciado na Europa e na Ásia. Entre as economias avançadas, o crescimento foi mais notório na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos. Nos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, China, e África do Sul, o crescimento também foi notório, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2017.

Nos Estados Unidos, a atividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de fatores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no setor energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal acordada também sirva como estimulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado.

Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na Zona Euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expetativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de dezembro revelam que a taxa de desemprego da Zona Euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde janeiro de 2009 e outubro de 2008, respetivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em dezembro de 2016 para 17,9% em dezembro de 2017 na Zona Euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego. Isto reflete uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros.

A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a Zona Euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim, níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na atividade económica mais forte do que o esperado.



A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspetivas de crescimento global, aos eventos climatéricos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afetado nem a inflação salarial nem a de preços-base.

Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efetivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expetativa de normalização das políticas monetárias na europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de agosto. Nas economias emergentes, o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspetivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram.

Os preços das ações nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspetivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de ativos.

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

2.2 A nível Nacional

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da atividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim, a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

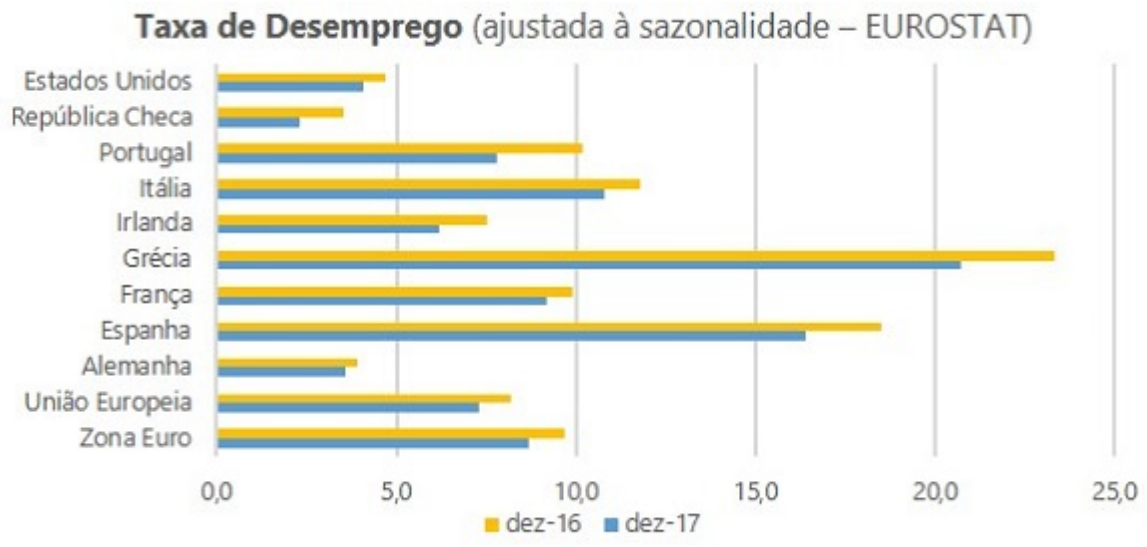
Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética.

Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população ativa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.



A confiança dos consumidores mostrou um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre de 2017, essencialmente devido ao aumento do rendimento disponível real, bem como à melhoria das condições de trabalho e da manutenção das condições de financiamento, o que resultou num aumento do consumo privado, e, apesar do abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) verificado no segundo semestre, a procura interna manteve um ritmo de crescimento forte.

Já a inflação, aumentou em 2017, estimando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016, para a qual contribuiu o aumento dos preços dos bens energéticos (cerca de 4%) e dos serviços, principalmente os relacionados com o turismo, bem como o aumento dos preços de importação, tanto de bens energéticos como não energéticos, e um aumento dos custos unitários de trabalho, resultantes de uma redução de produtividade.

No final de 2017, a dívida pública situou-se nos 242,6 mil milhões de euros, registando-se subidas ao longo do ano, atingindo um pico em agosto, onde excedeu os 250 mil milhões de euros, e só começou a diminuir nos últimos quatro meses. Comparando com 2016, registou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros, tendo contribuído o acréscimo de títulos de dívida pública e dos certificados do Tesouro. Contudo, estas variações foram parcialmente compensadas pelos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos pelo FMI. Em termos de percentagem do PIB, estima-se que a mesma tenha sido de 126,2%, abaixo da registada em 2016 (130,1%). Ainda assim, em comparação com a Zona Euro, Portugal continua a ser dos países com maior dívida pública, ficando apenas abaixo da Grécia e da Itália.

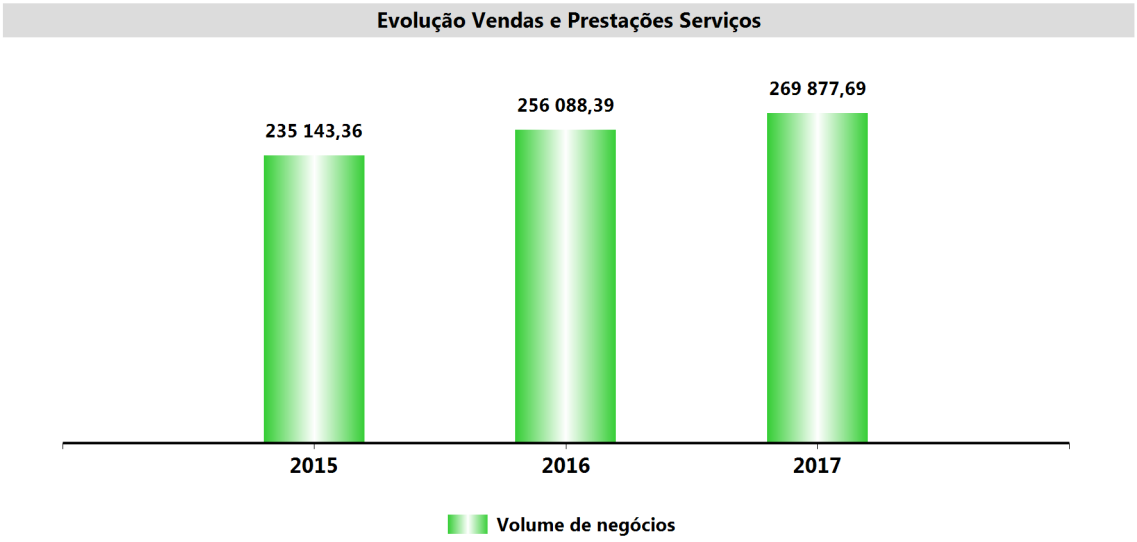
Dívida Pública na Ótica de Maastricht
Banco de Portugal

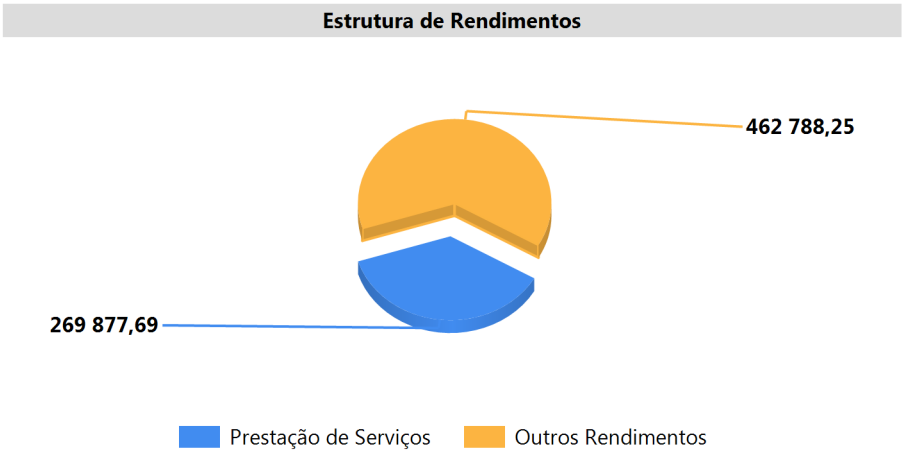
Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indiretos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos diretos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efetivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 269 877,69 €, representando uma variação de 5,38% relativamente ao ano anterior.

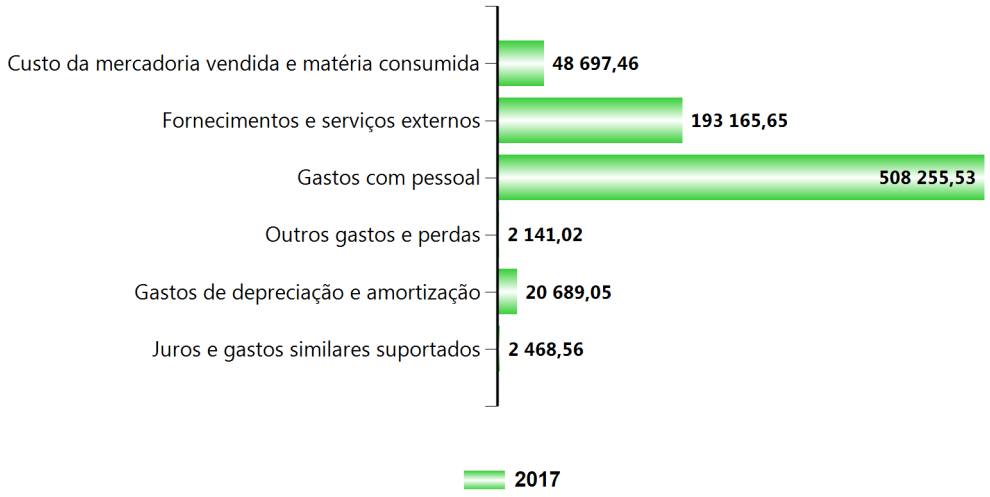
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



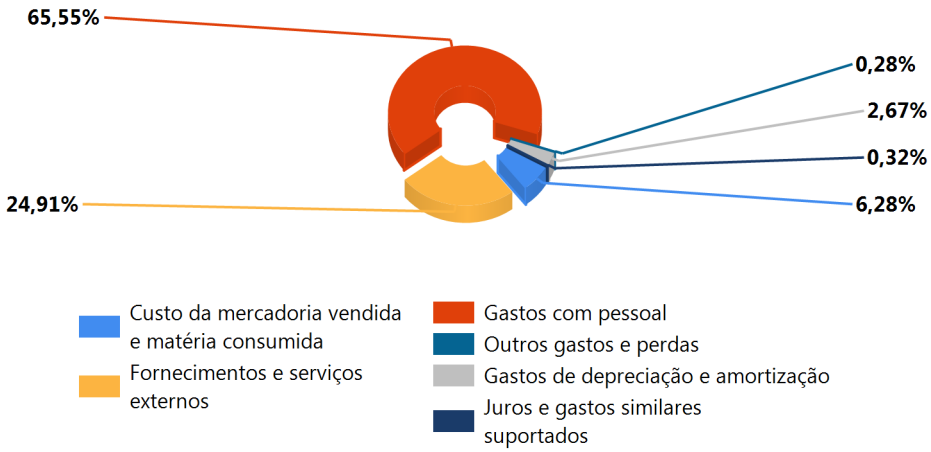


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



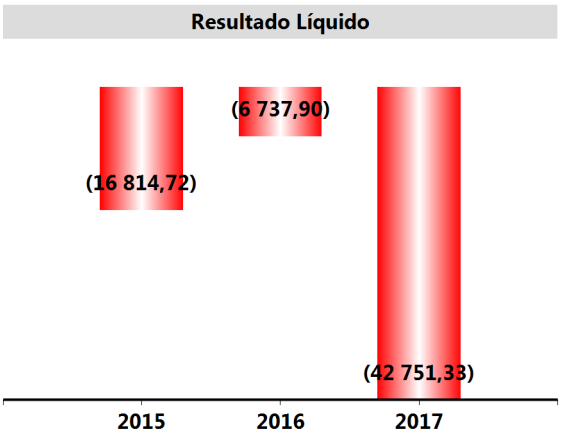
Estrutura de Gastos Percentual

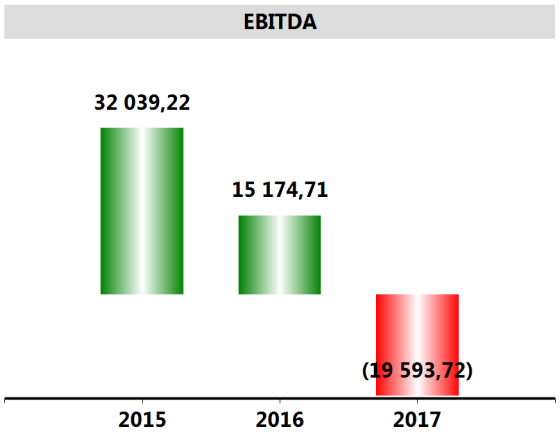


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

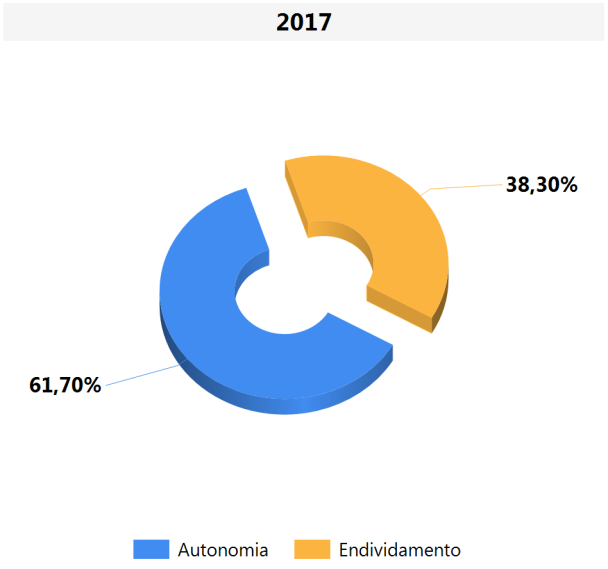
RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	508 255,53	497 148,14	499 553,46
Nº Médio de Pessoas			36,00
Gasto Médio por Pessoa			**13 876,49**

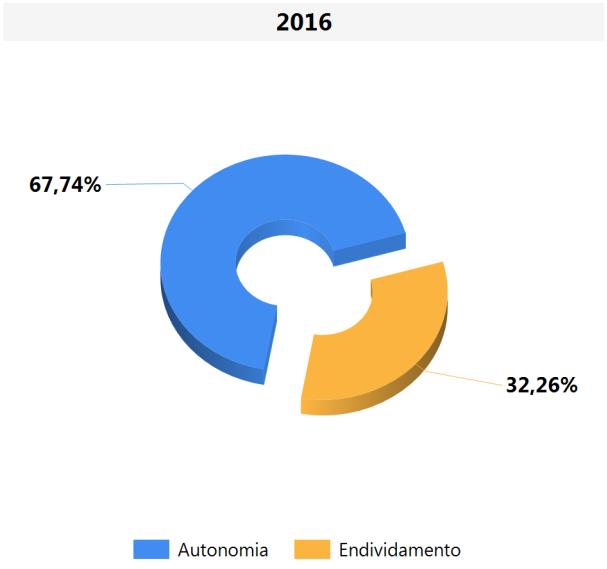
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	342 648,37	66 %	332 473,77	62 %
Ativo corrente	173 949,75	34 %	207 027,37	38 %
Total ativo	**516 598,12**		**539 501,14**	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	318 749,72	62 %	365 481,46	68 %
Passivo não corrente	34 019,91	7 %	42 092,83	8 %
Passivo corrente	163 828,49	32 %	131 926,85	24 %
Total Capital Próprio e Passivo	**516 598,12**		**539 501,14**	

A sociedade exerceu atividade nos seguintes setores de atividade : Creche, Pré-Escolar, Escola e ATL, sobre os quais abaixo se salienta os aspetos mais relevantes do ano letivo.

ESCOLA

- Mudança da Coordenação Pedagógica;

- Receção de uma autora – Gracinda Sousa;
- Visita ao Quartel dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, no âmbito do Dia da Proteção Civil;
- No final do ano lectivo, o Colégio teve taxa de aprovação de 100%, não havendo retenções;
- Bons resultados, de acordo com a média nacional, nas Provas de Aferição do Ministério da Educação;
- Realização do Evento "Gandarinha Got Talent" no âmbito das comemorações do 140º aniversário da Instituição;
- 1º Lugar no Concurso Sem Limites, em parceria com o CATL;
- Obtenção de cheques-dentista para os alunos do 2º ano (tal facto só acontecia no Ensino Público);
- Aquisição de material desportivo (espaldares e outros) assim como um novo espaço fechado para a prática de educação física, essenciais para a realização das provas de aferição;
- Novas mesas para o refeitório;
- Quadro novo para a sala do 3º ano;

- Nova estrutura do gabinete de psicologia;
- Receção da Bibliomóvel – biblioteca itinerante da Biblioteca Ferreira de Castro;
- Fomos vencedores no Concurso de Contos de Natal dinamizado pela Junta de Freguesia;

ATL

Ao longo do ano letivo 2017 desenvolvemos um conjunto de atividades integradas no projeto da Instituição e do CATL. Entre as várias atividades destacamos:

- Jovem Explorador:
  - Storywalk(caminhada a ler)
  - Envolverde:(Pegada Ecológica);
  - Geocaching pela quinta da Gandarinha
  - Gincana Ambiental;
  - À descoberta da biodiversidade;

Sou verde: Ideias sustentáveis:

- Arte da reutilização;
- Ateliês de sensibilização ambiental;
- Caça ao tesouro da natureza;
- Eco Designer;
- Apadrinhar uma árvore

Ciência Ambiental:

- Laboratório Pingote
- Cria arte com ciência;
- Oficina de fantoches- a ciência dos contos;
- Aqui há ciência

Juventude Rural:

- Da quinta para a mesa: master chef kids;
- Bom dia rural: tratadores por um dia; plantar e colher na nossa quinta;
- Mercadinho verde
- 24 horas: desfile de moda reciclada; acantonamento;

Em Família:

Dia do Pai: Pintura do salão desportivo;

Dia da Mãe- Pintura do recreio escolar

Aventura-te +:

- Primeiros acordes de guitarra;
- Arte fuxico;
- Jogos musicais;
- Torneios desportivos;
- Piscina;
- Caça aos ovos da páscoa
- Mandalas na natureza
- Oficina de matemática: com os números brinco e aprendo;
- Passeios pelo meio local;
- Piquenique na quinta;

Festas:

Festa de Final de ano letivo

Festa do Halloween;

Feirinha S.Martinho;

Teatro de carnaval;

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A no período económico findo em domingo, 31 de Dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de -42 751,33€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	**2017**
Resultados Transitados	(42 751,33)

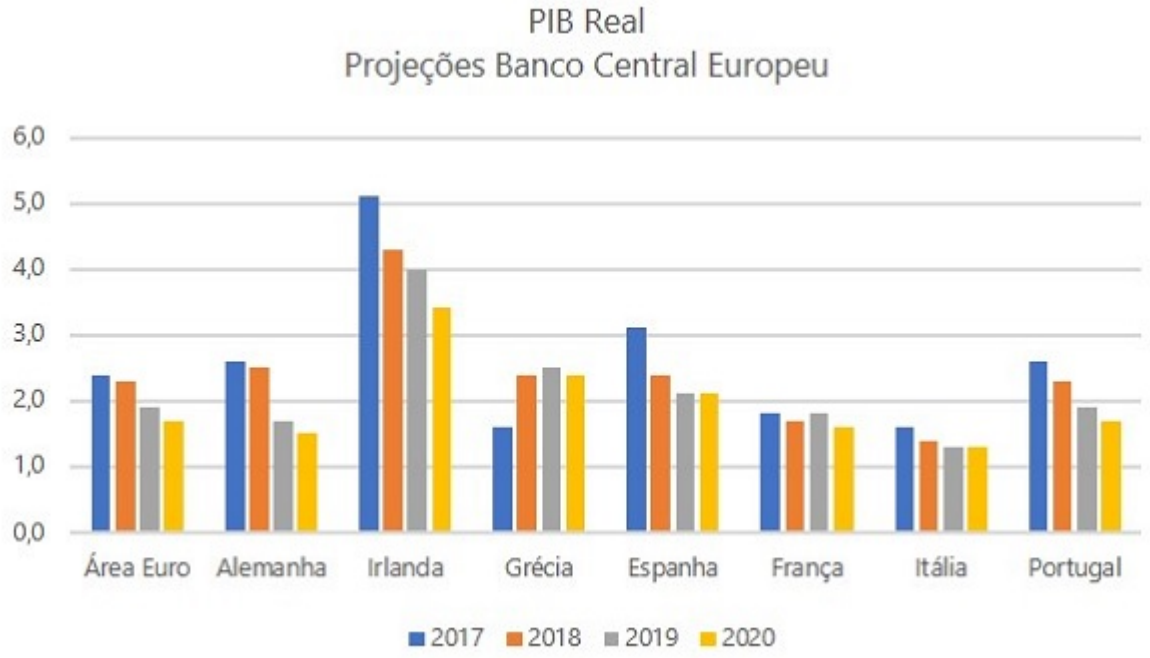
5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções do Fundo Monetário Internacional são de que o crescimento mundial para este ano e o seguinte tenha uma ligeira subida, de 0,2 pontos percentuais, impulsionado pelas recentes alterações à política fiscal dos Estados Unidos, que se espera terem um impacto estimulante na atividade económica mundial até 2020, devido ao expectável aumento do investimento e do consumo privado.

Após um crescimento excecionalmente forte no primeiro semestre de 2017, as projeções do Banco Central Europeu até 2020 são moderadas, com previsões de um ligeiro crescimento do PIB para 2018, com revisões em alta sobretudo para os Estados Unidos e China, mantendo-se robusto no curto prazo, em consonância com os níveis elevados de confiança das empresas e dos consumidores, ainda que, entre 2019 e 2020 se verifique um ligeiro abrandamento do mesmo, consequente dos efeitos de alguns dos fatores favoráveis que apoiam este crescimento, se desvanecerem gradualmente durante o período referenciado, tais como a desaceleração da taxa de crescimento da procura externa, bem como o abrandamento do crescimento do emprego, em parte relacionado com a escassez de oferta de mão de obra em alguns países.

Também no curto prazo se prevê um crescimento do comércio mundial robusto, ainda que com uma estabilização no crescimento da atividade económica mundial com valores abaixo dos níveis anteriores à crise, em consonância com o crescimento potencial mais baixo. Em relação às economias avançadas, prevê-se uma expansão robusta, com um abrandamento ao longo deste período, enquanto que nas economias emergentes, as previsões apresentam-se mais dinâmicas, apoiadas por um fortalecimento, ainda que lento, da atividade nos países exportadores de matérias-primas, em particular no Brasil e na Rússia, e pelo crescimento resiliente na Índia e na China. Na Zona Euro, prevê-se que o crescimento real do PIB abrande de forma gradual, passando de 2,4% em 2017 para 1,7% em 2020, esperando também que a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) estabilize nos próximos trimestres, subindo depois para 1,7% em 2020, sendo que esta inflação é revista ligeiramente em alta no curto prazo, devido aos preços mais elevados do petróleo e dos produtos alimentares.



Em termos orçamentais, em relação à Zona Euro e segundo dados do BCE, as perspetivas são neutras, onde, por um lado, incidem os cortes nos impostos diretos e nas contribuições para a segurança social e, por outro, existe um pressuposto de dinamização do investimento público. Assim, projeta-se que os rácios do défice e da dívida públicos exibam uma trajetória descendente, em suma devidos à diminuição dos pagamentos de juros.

Em relação ao consumo privado, também se manterá robusto ao longo do horizonte de projeção, derivado à maior confiança dos consumidores, bem como à melhoria das condições do mercado de trabalho e ao aumento dos salários reais por trabalhador. Devido à melhoria da situação económica e financeira das famílias, à diminuição das taxas de juro e aos cortes nos impostos diretos em alguns países, o rácio de poupança das famílias deverá aumentar de forma gradual, contrariando a sua diminuição verificada nos últimos trimestres.

Não obstante, prevê-se uma ligeira desaceleração do crescimento do emprego no curto prazo, maioritariamente devido a uma queda no setor público de alguns países. Apesar da escassez de oferta de mão de obra, o crescimento da população ativa irá manter-se no longo prazo, refletido pelos valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores, bem como da integração de refugiados. Também a taxa de desemprego continuará a ser positiva, prevendo-se uma descida considerável, atingindo os 7,3% em 2020.

Quanto ao investimento, verifica-se que o crescimento do crédito ao setor privado continua a aumentar, impulsionado pelas taxas de juro baixas e pelas condições de financiamento bancário favoráveis. A menor necessidade de desalavancagem também contribuirá para o dinamismo da despesa privada, enquanto que o investimento empresarial continuará a recuperar, refletindo também um fortalecimento das margens de lucro face a pressões crescentes do lado da procura.

Por fim, as exportações deverão permanecer robustas no curto prazo, beneficiando da expansão em curso da atividade económica mundial e do correspondente crescimento da procura externa da Zona Euro. No longo prazo, prevê-se uma desaceleração, em conformidade com a desaceleração da procura externa. Do outro lado, as importações extra-área do euro deverão beneficiar da evolução positiva da procura interna e de um euro mais forte, embora em menor grau do que as exportações, o que resultará num contributo levemente positivo do comércio líquido para o crescimento económico.

Apesar das expetativas crescentes, preveem-se alguns riscos no longo prazo, sendo que o Fundo Internacional Monetário aponta para um risco na diminuição do crescimento e confiança, caso a inflação e as taxas de juro dos países desenvolvidos cresçam mais rápido do que o esperado.

As políticas protecionistas, bem como as tensões geopolíticas que temos vindo a assistir nos últimos tempos, trazem uma incerteza política que se traduz num risco para a economia mundial. Também acordos comerciais como o NAFTA, que se encontra em fases de renegociação, e os acordos económicos entre o Reino Unido e a União Europeia, poderão pesar no investimento global e reduzir a eficiência da produção, uma vez que estas negociações podem resultar num aumento das barreiras comerciais, traduzindo-se num obstáculo para o PIB potencial.

Não esquecendo o risco proveniente dos eventos climatéricos que têm acontecido recorrentemente um pouco por todo o Mundo – furacões no Atlântico, seca na África subsaariana e na Austrália, por exemplo, que levam a custos humanitários devastadores e a perdas económicas, podendo também conduzir a um fluxo migratório nas regiões afetadas.

5.2 Cenário Interno

Para o ano de 2018, os principais objetivos anunciados pelo Governo são a recuperação dos rendimentos das famílias, a criação de emprego e o apoio ao investimento das empresas e à inovação. Para tal, o governo conta progredir para 5,9% o investimento total da economia, bem como atingir um crescimento do emprego de 0,9% durante este ano, bem como uma redução da taxa de desemprego média para os 8,6%, e também uma ligeira diminuição da carga fiscal, no que toca à tributação direta incidente sobre os rendimentos das pessoas singulares. Quanto às empresas, não se preveem alterações durante o ano corrente.

Segundo projeções do Banco de Portugal, em comparação com o ano findo, o processo de expansão económica manter-se-á inalterado nos próximos anos e a atividade económica continuará com um perfil crescente, apesar de mais moderado, onde a economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável a longo prazo. Já o Orçamento de Estado para 2018, prevê um crescimento económico de 2,2% e um défice orçamental de 1%, podendo vir a atingir a maior redução da dívida das últimas duas décadas até ao final deste ano, mantendo, assim, o cumprimento dos compromissos internacionais.

Até 2020, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração do PIB mas, ainda assim, mantendo-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As condições monetárias e financeiras também deverão manter-se favoráveis, e a evolução da procura global terá como principal fator dinâmico a FCBF, que em 2020 deverá situar-se 11% abaixo do nível registado em 2008. As exportações manterão um crescimento robusto, devido essencialmente à evolução da procura externa.

Também o consumo privado apresentará um crescimento, apesar de estável, maioritariamente devido à evolução do rendimento disponível real, influenciada por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. No consumo público também se notarão melhorias, devido ao descongelamento gradual das progressões salariais que ocorrerá este ano. Resultando desta evolução e dum crescimento da população ativa, a taxa de desemprego manterá a sua trajetória de redução. Ainda assim, prevê-se que o nível de emprego se situe 2% abaixo dos níveis observados antes da crise financeira internacional, bem como o nível de população ativa que, apesar de se prever ligeiramente positivo, não irá atingir os níveis observados antes da crise financeira. Com estes fatores, projeta-se uma tendência descendente da taxa de emprego, atingindo os 6,1% em 2020.

Apesar do aumento em 2017, a inflação deverá estabilizar-se entre 2018 e 2020 em cerca de 1,5%, e prevê-se que até 2020 as exportações mantenham um crescimento moderado, de 6,5% em 2018 para 4,1% em 2020,

trajetória que reflete a ligeira moderação do crescimento da procura externa e dos ganhos de quota de mercado. O principal fator que beneficiará o aumento das exportações continuará a ser o aumento do turismo, que tem contribuído para o aumento do peso das exportações no PIB desde 2010. Quanto às importações, irão desacelerar progressivamente até 2020, atingindo um crescimento de 4,8% no final do período projetado.

A capacidade de financiamento portuguesa também crescerá até 2020, mantendo-se em cerca de 2,2% do PIB, devido à descida das taxas de juro da dívida pública e aos recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.

Para finalizar, a crise política na Catalunha constitui o maior risco para a economia portuguesa, atendendo ao peso que Espanha representa nas relações económicas de Portugal. Para além destes riscos, Portugal também terá de enfrentar alguns desafios no longo prazo, como sendo a evolução demográfica, principalmente devido à redução da população em idade ativa.

5.3 Evolução previsível da Instituição

6 - Outras Informações

A não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da FUNDAÇÃO CONDESSA DE PENHA LONGA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.